

# O parlamentarismo deve cair nos votos

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Eram promissoras as informações ontem chegadas ao gabinete do presidente José Sarney, ainda que sujeitas a alterações. Dos 93 integrantes da Comissão de Sistematização, 54 estariam dispostos a rejeitar o parlamentarismo constante do projeto Bernardo Cabral, quando a questão for decidida no voto, entre os dias 18 e 2 de outubro. Esses números constam das previsões feitas pelo deputado Ulysses Guimarães e pelo senador Marco Maciel, presidentes do PMDB e do PFL.

A proposta do governo continuava sendo de busca de um entendimento amplo, isto é, de aceitação por todos, mesmo Bernardo Cabral, da emenda que substitui o parlamentarismo por um presidencialismo moderno, em que os poderes e as responsabilidades do Congresso ganham invulgar destaque. Não parece fácil, tendo em vista a posição irredutível do relator da Comissão de Sistematização, acompanhado pelo presidente, senador Afonso Arinos. O provável é que Cabral não incorpore a emenda ao projeto que deverá estar pronto e publicado até o dia 17, em função da prorrogação dos prazos. Nesse caso haverá o confronto, e é para ele que a liderança do governo se prepara. O deputado Carlos Sant'Anna ainda tenta um acordo com os parlamentaristas, mas estes, até com alguma razão, queiram-se de que o Palácio do Planalto quer promover um acordo entre a guilhotina e o pescoço. Afinal, a emenda apoiada pelo governo vai consagrar o presidencialismo, dando ao presidente da República a chefia do Estado e do governo, eliminando as figuras do Conselho de Ministros e do primeiro-ministro, indicados pela Câmara dos Deputados. Nem mesmo permitirá, como se chegou a admitir, votos de confiança a determinados ministros, pelo Congresso, o que não seria suficiente para caracterizar sequer o sistema misto, no entender deles.

Os parlamentaristas também estão dispostos a bater chapa e negam os números dos presidencialistas. Com cautela, para não abrir o jogo, sustentam dispor de, pelo menos, 47 votos, a metade mais um dos 93 integrantes da Comissão de Sistematização.

Ontem, as impressões de uns e de outros favoreciam a posição presidencialista. Porque o líder do governo e os dirigentes do PMDB e do PFL acentuavam que, se, por hipótese, derrotados na Comissão de Sistematização, levarão o debate para o plenário da Assembléia Nacional Constituinte e, lá, com algum esforço, farão valer seus pontos de vista. Já os adeptos do parlamentarismo estavam pessimistas. O próprio Bernardo Cabral dizia que se não conseguirem aprovar o sistema parlamentar de governo no âmbito da Comissão de Sistematização, agora, tudo terá ido por água abaixo. Confessam ser impossível arremeter 280 votos, no plenário da Assembléia Nacional Constituinte, para promover a alteração.

Está pesando nas demarches e manobras ocorridas ao longo dos últimos dias a posição adotada pelo PFL, quase inteiro, na sustentação do presidencialismo. Acreditam os liberais que se o parlamentarismo for aprovado, o PMDB acabará de tomar conta do governo, eliminando os já reduzidos espaços do PFL. Porque os peemedebistas possuem a metade mais um dos deputados federais, podendo, por isso, constituir um Conselho de Ministros integralmente formado por eles. Isso obstará o esforço pelo crescimento do partido, a que se vem dedicando nos últimos meses o senador Marco Maciel. Nas bases, muita gente poderia não resistir à tentação de juntar-se ao PMDB. Com o presidencialismo tudo leva a crer que os liberais terão seu próprio candidato à sucessão de Sarney, devendo a campanha servir não apenas para a disputa real do poder, mas também para a origem e solidificação de suas bases. O PFL já marcou uma convenção nacional extraordinária para os dias 28 e 29 de novembro, prevendo o senador Marco Maciel que, naquela data, a nova Constituição esteja promulgada, ou, pelo menos, a poucos dias disso. A convenção servirá para reforçar a unidade partidária e, também, para rediscutir a Aliança Democrática. Tendo sido aprovado o parlamentarismo, a saída será uma só: o PFL desligar-se do governo e pôr fim ao já instável entendimento com o PMDB. Não dará para segurar o anseio predominante nas representações municipais e regionais, a não ser com a preservação do presidencialismo.

No PMDB, dividem-se as opiniões. Boa parte de seus constituintes é parlamentarista, uns por ideal ou doutrina, outros por razões conjunturais e menores. Entre aqueles estão mestre Afonso Arinos, Bernardo Cabral, Egdio Ferreira Lima e muitos mais. Estes, porém, são forçados por gente ressentida e sequiosa de vingar-se do presidente Sarney. Não tendo coragem para defender a realização de eleições no ano que vem, fixando em quatro anos o atual mandato, agem por via transversa e querem reduzir os poderes do chefe do governo, tornando-o mero chefe de Estado. Há também, os que imaginam concentrar todo o poder na Câmara dos Deputados, de maneira a utilizá-lo melhor em favor de seus interesses.

O deputado Ulysses Guimarães resolveu pegar o pião na unha de uns dias para cá. E presidencialista convicido e vem alertando os companheiros para os perigos do parlamentarismo. De sua inspiração foram muitos artigos da emenda presidencialista, dando ao Congresso mais prerrogativas, porém, mantendo as linhas-base do sistema de governo adotado desde a Proclamação da República. Acresce que, evidente candidato à Presidência, Ulysses não gostaria de ser eleito por mais de 40 milhões de votos e, no dia da posse, confessar que não governará, precisando assistir ao governo de um primeiro-ministro.